

Ensino de história da África

Marisa Antunes Laureano*

Introdução

Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador. Provérbio africano.

A partir da promulgação da lei 10639, em 09 de janeiro de 2003, o Brasil caminha, a passos lentos, na tentativa de contar a *história dos leões*. Em passos lentos, pois hoje as escolas estão devagar em um movimento que já foi maior. A aplicação da lei corresponde, segundo o seu texto, que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras.¹

Essa lei foi necessária para que os educadores fossem avisados da necessidade de ensinar a história do povo que forma hoje mais de 50% da população brasileira². Mesmo com a promulgação da lei a aplicabilidade da mesma não corresponde ao desejado por seus mentores. As escolas, palco principal desta demanda, se retraem ao falar da negritude do Brasil.

A discussão que segue será para levantar algumas reflexões sobre a importância do ensino de história da África e afro-brasileira e a situação deste ensino a partir da publicação da lei 10639/03.

Um pouco de história

É necessário, para que possamos argumentar a importância do ensino de história da África, primeiro entender a origem dos elementos que ao longo da história colocaram o povo negro em posição de inferioridade.

O ser humano não nasce racista, ele aprende a ser. E na origem do racismo moderno está o advento da

sociedade capitalista. Quando a burguesia surge como classe detentora do capital, no século XV, ela estabelece novas formas econômicas que vão extinguir, aos poucos, as práticas feudais e erguer as práticas capitalistas. Dentro desse processo de emergência de um novo modo de produção, novas relações humanas passam a ser estabelecidas.

O mercantilismo surge com a expansão marítima, onde os europeus passam a tentar encontrar novos caminhos para as Índias. Nesse percurso de conhecimento de outros povos novos contatos são feitos (principalmente com os africanos). O europeu navegador, que se pensa descobridor de novas terras, que se vê como o centro do universo, vive então sob o domínio do pensamento de superioridade do seu continente sobre os demais - eurocentrismo. A Europa passa a ser o centro do mundo e os outros devem ser submetidos, aprisionados, escravizados. O continente europeu faz a transição do feudalismo para o capitalismo e o novo, aos poucos, vai dizendo a que veio, mostrando a sua cara cruel de exploração absoluta e de superioridade total, a lei do mais forte, o darwinismo social, a pólvora e a dominação.

Quando as novas terras (a América) passam a ser ocupadas com produções locais, torna-se necessário uma mão-de-obra mais extensa. Neste caso, a mão-de-obra local (a indígena) vai ser usada; mas à medida que esta mão-de-obra passa a ser exterminada ou catequizada dois fatores concomitantes vão levar à introdução da mão-de-obra africana na América: 1º) A afirmação da Igreja Católica Apostólica Romana sobre a existência de alma nos índios e de sua ausência nos africanos; 2º) o lucro que o comércio de seres humanos passa a representar (religião e dinheiro, eis a questão).

Os europeus tinham claro o conhecimento da humanidade dos africanos, pois há muito tempo negociavam com eles, conheciam seus territórios, tinham uma relação histórica com os povos do norte da África.³ Por isso, para tornar escravo esse povo que tinha uma história muito antiga e rica, era necessário um argumento convincente. O argumento religioso, que sempre funciona (até hoje), era o de que eles não eram cristãos - o

³Sobre África ver: UNESCO. *História Geral da África*: I. Metodologia e pré-história da África, coordenação de J. Ki-Zerbo. São Paulo: Ática; [Paris] : Unesco, 1982; MOURÃO, Fernando A. A. *O colonialismo Português na África*. In: Países Africanos de Língua oficial Portuguesa: reflexões sobre história, desenvolvimento e administração. Seminários FUNDAP, 1991; OLIC, Nelson Bacic e CANEPA, Beatriz. *África, Terra e Sociedade*. São Paulo: Moderna, 2006; SARAIVA, José Flávio Sombra. *Formação da África Contemporânea*. São Paulo: Atual, 1987; SILVA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

*Licenciada em História pela UFRGS, Bacharel em História pela UFRGS, Mestre em História pela PUCRS, Doutoranda em Educação pela UFRGS, Professora da Rede Estadual de Ensino do RS.

¹Texto da Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003.

²De acordo com o censo de 2009.

termo cristão usado como sinônimo de bondade, pureza, dignidade, enquanto as fogueiras queimavam seres humanos. Se não são cristãos, não têm alma, se não têm alma não são humanos. E caso sejam humanos são inferiores. Mas se são humanos por que são inferiores? Por que são diferentes, tem a pele escura, são pretos. O racismo começa a surgir. E o discurso foi tão forte e tão bem construído que predomina até hoje.

O Brasil passou por um longo processo de escravização de africanos e seus descendentes de forma que vinculou o continente africano à nossa história. Foram 340 anos de saque humano feito na África de forma legal nos primeiros trezentos anos e ilegal nos anos seguintes. Esse povo que veio para cá chegou a constituir em alguns espaços mais da metade da população local. Esta quantidade de pessoas oriundas de um mesmo continente (mesmo que com muitas diferenças culturais) trouxe uma alteração concreta no perfil do que poderia ter sido o Brasil sem eles.

Projeto racista para um Brasil Negro.

O Brasil teve na sua cultura fundante a presença africana. Os donos do poder, na época da escravidão, sem suas mãos e seus pés⁴ não teriam acumulado riqueza a partir do açúcar, seguido pelo café e gado e nem tão pouco disporiam de recursos para a industrialização que ocorreu no século seguinte ao final da escravidão. Foram mãos e pés fortes, corajosos, especializados e bravos. Nada do que fez girar o Brasil, no período colonial, passou longe da influência africana.⁵

Nessa perspectiva, de ação direta de um povo que faz girar um país, não se pode simplesmente apagar a existência deles. Porém, o Estado brasileiro fez essa façanha e usou a educação para isso. Excluiu a contribuição africana dos bancos escolares das mais diversas formas. Primeiro excluindo o próprio negro do acesso à escola e depois retirando dos referenciais de ensino (os materiais didáticos) a presença negra.

⁴“Voltando a tratar da economia doméstica grande capítulo consagra ao modo pelo qual 'se há de haver o senhor de engenho com os seus escravos, mãos e pés do seu estabelecimento'”. Curiosíssimas páginas estas onde se lêem interessantes apanhados de pontos de vista coloniais sobre as relações mútuas de servos e senhores. É nele que o autor recolhe o adágio tão famoso e tão citado das nossas antigas eras de que o Brasil “é inferno dos negros, purgatório dos brancos, e paraíso dos mulatos e das mulatas”. Conselhos humanitários quando possível ministra Antonil aos seus leitores, apelando para os seus sentimentos religiosos, a fim de que evitem castigar os servos em demasia, contrariando assim outro prolóquio popular antigo, de que os negros só precisam de três P: pão, pau e pano” ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Texto proveniente de: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>retirando em 16/09/2011.

⁵Sobre escravidão no Brasil ver: AMARO, Luiz Carlos e MAESTRI, Mário. *Afro-brasileiros: história e realidade*. Porto Alegre: EST, 2005. SALLES, Ricardo e SOARES, Mariza de Carvalho. *Episódios da história afro-brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2005; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980; MAESTRI, Mário. *Breve história da escravidão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Quando não se podia excluir se pejorava o que se relacionasse a eles. Não se teve um momento de trégua na posição dominante de branquear o país. Chegou-se até à criação de um projeto literalmente branqueador através da miscigenação – a ideia era extinguir a cor negra da tez dos brasileiros. Nesta lógica racista, várias escalas de cor foram criadas: do menos negro ao mais negro. Assim, a identidade do negro brasileiro foi sendo forjada sobre pilares negativos e pejorativos. Como “*construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo? Esse é um desafio enfrentado pelas negras e pelos negros brasileiros*”⁶.

Após o projeto de branqueamento, que não funcionou, veio o projeto da invisibilidade. Se não podiam clarear a pele fingiam que eles não existiam, pelo menos no que se refere a receberem tratamento digno. Já para serem presos, amontoados nas periferias e ocupar os mais baixos empregos, os negros pareciam visíveis.

A mídia como recurso.

Quando o Brasil entrou na época da imagem (cinema e televisão) os negros não se viram. Foi a melhor forma de invisibilidade possível. Quando o cinema e a televisão passaram a mostrar a cara da sociedade, e os negros não apareciam, certamente tal fato visava reforçar a sua “inexistência” ou o seu apagamento. Em síntese, uma ação que procurasse consolidar a ideia de que não faziam parte dessa sociedade. O que seriam então? Seres não sociais? Não civilizados? Se assimilassem tais conceitos não iriam querer reconhecimento, já que estava dito a que categoria eles pertenciam.

O cinema nacional mostrou o negro em suas produções, mas causou mais danos a sua imagem e sua auto-imagem do que ajudou. Criou os tipos mais pejorativos de negros brasileiros. Para João Carlos Rodrigues, autor do livro *o negro no cinema brasileiro*, foram vários os arquétipos criados sobre os negros:

Os mais importantes são o Preto Velho (que transmite a tradição ancestral africana), o Mártir da escravidão, o Nobre Selvagem, o Negro Revoltado, o Negro da Alma Branca (trágico elo entre oprimidos e opressores), o Crioulo Doido (equivalente assexuado e cômico do Arlequim da Commedia dell'Arte), a Musa Negra. Há dois casos com uma nítida conotação sexual exacerbada: o ameaçador Macho Negro (Negão) que povoa os sonhos racistas com estupros e violências; e a Mulata Sedutora (Mulata Boa), uma espécie de mulher-objeto cor de chocolate, desejada por todas as raças.⁷

Segundo Rodrigues todos os personagens negros do cinema apresentavam um destes arquétipos, quando não vários.

⁶GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan/jun. 2003, p. 44.

⁷RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Globo/Fundação do Cinema Brasileiro, 1988.

O Brasil, grande consumidor de filmes norte-americanos, também não vê ali a presença negra de forma afirmativa; sequer ali se viam negros fazendo cinema. Em 1927 estreou o filme *O Cantor de Jazz*, onde o ator Al Jolson fazia o papel principal com o rosto pintado de preto. Deveria ser o primeiro filme com um protagonista negro, mas teve um branco pintado fazendo o papel de um cantor de Jazz negro. A coisa só mudou a partir dos anos 1960 com as lutas pelos direitos civis.⁸

O outro veículo, a televisão, foi outra das grandes responsáveis pela invisibilidade do negro. Simplesmente negou, por muito tempo, a participação de negros na televisão brasileira.⁹ Quando começaram a ser vistos, era em papéis de submissão. Até brancos pintados de preto foram usados em telenovelas brasileiras (*A cabana do pai Tomás*). A primeira protagonista negra em novelas só surgiu em 2004; quanto a um protagonista negro... espera-se até hoje - apesar da novela jovem *Malhação* ter usado um ator negro como protagonista em uma curta fase (em 2008).

O material didático na escola

Quando retomamos o papel da escola no processo de exclusão dos negros, damos destaque ao material didático feito pelo professor ou entregue a ele já pronto. De qualquer forma, a figura do negro, até 2003, era negada nestes livros. Os modelos a serem apresentados às crianças eram de famílias brancas, cristãs e de classe média. Quando havia citações às pessoas negras, era em livros de história falando sobre a escravidão¹⁰. O impacto desses elementos sobre as crianças negras foi, e continua sendo, muito grande. Que espaço é este em que estou que não me enxergo? Que espaço é este que diz que não existo? Que fala que minha cultura é feia? Que minha classe social é ruim? Que eu não posso ser a sereia na peça da escola, pois não sou loira de olhos azuis? Esses questionamentos certamente povoaram as cabecinhas de nossas crianças de forma cortante como o açoite do capataz. Este último questionamento eu mesma fiz quando a professora não aceitou a indicação da turma para que eu fizesse a sereia na peça da escola e escolheu a menina loira para o papel.

Mas a criança negra que era invisível na sociedade começou a freqüentar a escola e isto trouxe uma desacomodação, principalmente no professor. Como lidar com isso? Parece que até 2003 isso não fazia a menor diferença. Ou seja, a população negra continuava invisível.

⁸Sobre o tema ver: CARVALHO, Gil - *Negro no cinema: de cara limpa e sem vergonha* - texto publicado no site <http://www.latinidades.com/content/view/full/1506/28/> - retirado em 16/09/2011.

⁹Para compreender a invisibilidade do negro na televisão brasileira ver o Documentário de Joel Araújo: Zito. *A Negação do Brasil*.

¹⁰Sobre livros didáticos e ensino da África ver: OLIVA, Anderson R. *A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. Estud. afro-asiática*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, 2003; e LEITE, Maria Jorge dos Santos. *Imagens e Representações dos Negros nos livros didáticos e no cinema brasileiros, Revista Ameríndia*, v. 8, n. 1, maio de 2010.

A trajetória da aplicação da lei

A Lei 10639/03 é o resultado de uma luta histórica. O movimento negro e todas as entidades que combatem o racismo e a discriminação racial, de qualquer natureza, reconhecem que essas práticas discriminatórias são frutos do desconhecimento. A própria palavra preconceito, na sua semântica já demonstra isso. Fazer um conceito prévio de determinada pessoa, que a discrimine, resulta de um desconhecimento de suas verdadeiras características. O povo negro sofre esse preconceito há séculos. Somente o conhecimento da história e de uma compreensão de sua cultura vai encaminhar a nossa sociedade para o rompimento com práticas preconceituosas e discriminatórias.

Temos que desconstruir esse discurso da inferioridade do povo africano, para elevar à condição de igualdade de todos os afro-brasileiros que ainda hoje lutam por sua origem e são discriminados pelo aumento de melanina na pele.¹¹

Na escola os professores das mais diversas áreas, e não somente de história, devem trabalhar a origem dos afro-brasileiros, mostrando a África como ela realmente foi, como ela foi se constituindo no que é hoje ou o porquê de sua desestruturação. Lembremos: por 300 anos foi retirado, desse continente, um enorme número de homens e mulheres em idade produtiva! Qual o resultado deste processo para o continente? Foi trágico. E não só os resultados devemos trabalhar; também as causas deles.

É muito importante apresentar, em sala de aula, a origem do ser humano. Neste caso devemos saber que as questões religiosas vão sempre atravancar qualquer debate sobre racismo. A intolerância religiosa destrói civilizações, mata pessoas, marginaliza comunidades e, até hoje, não se encontrou uma paz de fato, pois em nome de deus os seres humanos ainda matam. Na hora de mostrarmos para nossas crianças a origem do ser humano isso deve ser feito de forma científica. E essa é parte mais difícil na hora de combater o racismo. Pois muitos professores não se vêem como cientistas e ficam presos a convenções religiosas que não levam à emancipação humana, e sim ao atraso de pensamento.

A trajetória do ser humano pela Terra, e seu processo evolutivo, demonstram claramente a origem africana do ser humano e a existência de uma única raça: a raça humana. A construção da ideia de raças diferentes, que ocorre fortemente no século XIX, surge para justificar a segunda fase da dominação dos povos africanos e, a partir de então, também dos asiáticos. Não era mais possível a argumentação da existência ou não da alma, em um século que ficou marcado como o século da ciência. Era preciso usar a ciência para justificar a dominação sobre outros povos. Assim, surgiu a Eugenia, que por séculos foi percebida como parte das ciências biológicas e justificou a dominação pela inferioridade, de

¹¹Sobre ensino de história da África e dos afro-brasileiro ver: MOURA, Glória (Coord). *Educação, Africanidades, Brasil*. Centro de Educação a Distância (CEAD/UNB), Brasília, DF, 2006; KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004; HENRIQUES, Ricardo. *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: UNESCO, 2002.

determinadas raças. Então, é importante desconstruir isso também. A eugenia, ciência utilizada pelos nazistas, foi utilizada no Brasil até os anos 50 para prender pessoas ou afastá-las do convívio da sociedade. Os afro-brasileiros sofreram muito a marginalização a que foram colocados em função de sua diferença física, argumentada pela eugenia como passíveis de desvios de conduta.

Mesmo sendo o segundo país do mundo em quantidade de negros, o Brasil também é o segundo país mais racista do mundo (segundo pesquisa feita pela ONU). Esse quadro tem que mudar, e como tudo, é através da educação que devemos fazer isso. As escolas devem procurar trabalhar interdisciplinarmente à valorização da identidade negra, através do conhecimento da história da África e da cultura afro-brasileira. Existem diversas formas de trabalhos que podem ser realizados, mesmo que em uma semana de consciência negra.

Se as escolas trabalham a semana do vinte de novembro dando destaque a este evento, poderão sair daí frutíferos projetos que avaliem a aplicabilidade da lei 10639/03. Deve ficar claro que o aprendizado não pode ficar restrito ao vinte de novembro, deve ser estendido ao ano todo.

O mais importante, e o que menos se faz, é a introdução do ensino da África no currículo escolar. O professor, de escola pública, conta a seu favor com a autonomia em sala de aula. É o professor que define a que conteúdo vai dar prioridade entre tantas opções que o currículo oficial da escola apresenta. Tudo que consta nos Planos de estudos da supervisão certamente não vai ser visto em aula, por isso cabe ao professor estabelecer o currículo real. E dentre as possibilidades de estudo o professor deve introduzir a África nos seus mais diversos aspectos e nas mais diversas disciplinas.

O ensino de história da África, muito mais que corresponder a uma exigência da lei 10639/03, é uma obrigação para com a cultura de um povo, que se apresenta entranhada na origem dos brasileiros. Sendo o Brasil o segundo país com maior quantidade de negros do mundo, e sendo os negros originários da África, não podemos negar tal realidade.

Vou tentar aqui encaminhar algumas sugestões para que o professor introduza a história da África no currículo real e dinamize tal temática, para que nossos alunos aprendam sobre este continente, ainda tão desconhecido para todos, e incorporem na sua formação a ideia de que temos uma bela origem.

Ensino de História da África

Dentro do currículo oficial das escolas públicas cabe ao professor de história trabalhar no 6º ano (ensino fundamental II) e 1º ano (ensino médio) com a pré-história e história antiga, seguindo uma linearidade eurocentrista. Para introduzir história da África o professor deve romper com isso. Devemos deixar clara a origem africana para a espécie humana. Mostrar como o ser humano se movimentou pelo planeta saindo da África e povoando o mundo. É importante explicar as transformações físicas que ocorrem no ser humano à medida que vai ocupando este ou aquele ambiente. Já

neste início o aluno vai tendo contato com uma proposta diferenciada que vai mudando conceitos e estabelecendo uma nova visão do mundo.

No currículo oficial cabe a história antiga tratar de Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma. Em uma proposta inclusiva devemos destacar a Mesopotâmia (invenção da escrita, códigos de leis, etc.) e o Egito. Sendo que uma vez estudando o Egito Antigo devemos destacar a africanidade desta grande civilização e seguir trabalhando com a África.

Tratar da África antes da dominação europeia é importante para mostrar outra visão deste continente. O aluno deve perceber que a África sofreu a ação da dominação estrangeira de uma forma perturbadora em todos os sentidos. Somente conhecendo a África Antiga o aluno poderá mudar a sua visão sobre a origem dos afro-brasileiros, percebendo assim a capacidade que os nossos ancestrais africanos tinham; como eles trabalharam e construíram objetos; quanta herança eles deixaram para a humanidade; e quão importante foram, economicamente e socialmente, para a formação do mundo.

O professor pode traçar um percurso, a partir do mapa da África a ser estudado, sendo o Egito a primeira parada. Do Egito podemos ir “descendo”, passando pelo reino da Núbia, dali trabalhando a civilização de Axum, que dará origem a Etiópia. O povo Bérbere deve ser trabalhado para mostrar a mobilidade das sociedades africanas antigas e como esse povo fez com que fatores culturais fossem levadas de um canto a outro do continente. Neste percurso dos Bérberes, o professor pode encaminhar o estudo para os povos da costa atlântica do continente africano, chegando assim aos povos que nos legaram maior influência.

A proposta de trabalhar com os grandes reinos é destaque nos Pareceres do CNE (Conselho Nacional de Educação), que em 2004 apresentou o seguinte item no parecer 003/2004:

Em história da África, tratada em perspectiva positiva, (...) serão abordados temas relativos: (...) - à história da ancestralidade e religiosidade africanas; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe – ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; - ao papel dos europeus, dos asiáticos e também de africanos no tráfico.¹²

A proposta do CNE é criticada pelos que vêm nas diretrizes uma perspectiva ainda eurocentrista de análise, onde os grandes reinos são destaques. Porém não podemos mudar tudo tão depressa nas cabeças de nossos alunos. As mudanças são lentas e se devemos introduzir os conteúdos de história da África precisamos começar pelos grandes reinos e depois mostrar os pequenos

¹²Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Relatores: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino, Marília Ancona-Lopez (CNE/CP003/2004).

grupos. Não seria a exclusão dos pequenos, apenas uma ordem diferente que facilita à compreensão das crianças e estimula o interesse, já que, tradicionalmente, elas estão acostumadas a ver as experiências históricas “grandiosas”.

Trabalhar esta temática com os alunos vai exigir do professor um grande estudo, um investimento de tempo e até de dinheiro para aquisição de materiais. E é nesta etapa que encontramos as barreiras para que a lei seja aplicada nas escolas. Todo o processo vai depender da boa vontade dos professores em dar o pontapé inicial para que as coisas ocorram. As instituições quase sempre deixam de lado o apoio para que inovações sejam feitas nas escolas, por isso a pressão dos professores e da comunidade em geral deve ser o caminho para que as coisas ocorram de fato.

Considerações finais.

A grande discussão na escola pública hoje é que temos quatro milhões de alunos a mais, só no Ensino Médio¹³. De tal forma não podemos comparar a escola de hoje com a que tínhamos há 30 anos. Hoje as crianças estão indo para a escola em maior quantidade. A escola tornou-se extensiva a uma parcela da população brasileira que não a frequentava. Dentre esta parcela, destacamos as crianças negras. Muito mais negros frequentam a escola hoje. Esse fator nos obriga a ter muito mais consciência quanto ao ensino que levamos às escolas públicas. Não podemos, certamente, permitir que o ensino seja o mesmo que antes, pois o ensino de antes não pensava em ter crianças negras nas classes. O ensino de antes não preparava seus professores para lidar com a diversidade de hoje. Entretanto, lamento destacar, como educadora que sou e pesquisadora da educação pública, que o ensino continua muito próximo daquele de 30 anos atrás.¹⁴

As várias orientações educacionais que permeiam a legislação brasileira dão conta da diversidade da escola pública de hoje; entretanto, o fazer pedagógico das escolas ainda está longe da mudança necessária, em todos os sentidos. Tratando da questão africana e afro-brasileira ainda andamos a passos lentos, mesmo com uma lei escrita, divulgada e trabalhada exclusivamente para este tema.¹⁵

Houve um movimento grande a partir de 2003, mas que freou em 2009 e hoje sentimos um refluxo nas atividades escolares que deveriam estar mais amplas. As escolas restringem a aplicação da lei a atividades na

semana do vinte de novembro. Os professores estão cada vez menos envolvidos¹⁶. As escolas delegam o compromisso de promover uma atividade no vinte de novembro aos professores de história ou aos professores negros da escola, quando há.

As pesquisas sobre o tema ensino de história, também tiveram seu ápice em 2007 e 2008. Houve trabalhos sendo publicados, materiais didáticos sendo produzidos. Entretanto, a partir de 2009, houve certo refluxo neste panorama. Menos materiais surgiram, obrigando o professor interessado a utilizar sempre os mesmos.

Houve formações continuada de professores das redes, mas as universidades não aderiram da mesma forma. Os professores já deveriam sair qualificados da faculdade, mas isso ainda não acontece. Quando o professor chega até a escola começa do zero quando ao ensino sobre África e cultura afro-brasileira.

Em síntese, ainda há muito a ser feito e os professores, de história ou não, devem buscar um engajamento maior. Ainda são contadas as histórias dos caçadores. E os leões? Rugem em silêncio.

Artigo recebido em 30.9.2011

Aprovado em 5.11.2011

¹³“De fato, os números são eloquentes: de acordo com o censo escolar do Ministério da Educação, no ano de 2002, cerca de 8,7 milhões de alunos estavam matriculados no ensino médio, mais que o dobro do número de alunos matriculados no início da década de 1990. Entre 1995 e 2003, o ensino médio regular incorporou 3,7 milhões de novas matrículas, depois de 14 anos de crescimento vegetativo.” CASTRO, Maria Helena Guimarães e TIEZZI, Sérgio. *A reforma do ensino médio e a implantação do Enem no Brasil*- Retirado da Internet 19/09/2011 - 10h41min do site: <http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/4ensinomedio.pdf>.

¹⁴Ensino Médio no século XXI: desafios, tendências e prioridades – Brasília: UNESCO, 2003.

¹⁵SANTOS, Gevanilda e SILVA, Maria Palmira da (Org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

¹⁶De acordo com a lei 10639/03 no Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.